



**REGULAMENTO INTERNO  
ZONA DE INTERVENÇÃO FLORESTAL  
VILA COVA Á COELHEIRA E PENDILHE**

**2018**

## **REGULAMENTO INTERNO ZONA DE INTERVENÇÃO FLORESTAL VILA COVA À COELHOIRA E PENDILHE**

### **NATUREZA E OBJETIVOS DA ZIF**

#### **Artigo 1º**

##### **Natureza**

A Zona e Intervenção Florestal de Vila Cova à Coelhoira e Pendilhe é uma área territorial contínua e delimitada, constituída maioritariamente por espaços florestais, submetidos a um Plano de Gestão Florestal (PGF) e administrada por uma única entidade – Entidade Gestora que se rege pelo presente Regulamento Interno, pelas deliberações da Assembleia- Geral, bem como pelas disposições aplicáveis pelo Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto alterado e republicado pelo Decreto-Lei 27/2014, de 18 de fevereiro e pelo Decreto-Lei 67/2017, de 12 de junho, e por outros diplomas regulamentares dos espaços florestais.

#### **Artigo 2º**

##### **Objetivos**

A ZIF apresenta os seguintes objetivos específicos:

- Aumento da produção lenhosa de forma sustentável, pela aplicação de modelos de silvicultura adequados às condições ecológicas da zona e utilização de melhores práticas culturais;
- Aumento da variabilidade da estrutura dos povoamentos florestais, de forma a obter unidades descontínuas indutoras da diminuição do risco de incêndio e de menores impactos aquando da exploração;
- Redução da incidência dos incêndios e da sua severidade, através da minimização dos fatores de risco e do estabelecimento de uma boa articulação com os serviços de prevenção e combate locais e regionais;
- Racionalização da rede viária existente, atendendo aos objetivos de gestão e de prevenção dos incêndios e apoio ao combate;
- Fomento da diversidade do coberto vegetal, através da promoção da substituição das espécies resinosas por folhosas nas estações de melhor qualidade;
- Fomento da pastorícia como forma de reduzir o estrato herbáceo e arbustivo e diversificar as atividades a desenvolver na ZIF e áreas limítrofes;
- Melhoria da qualidade da água de drenagem, através da recuperação e instalação de galerias ripícolas nos cursos de água existentes na ZIF;
- Aumento dos rendimentos da produção florestal, pela otimização dos custos de investimento e de exploração e valorização da biomassa produzida, bem como a diversificação da exploração dos recursos existentes.

### **Artigo 3º**

#### **Área de Intervenção**

A área de intervenção da ZIF denominada Vila Cova à Coelheira e Pendilhe abrange as freguesias: Vila Cova à Coelheira e Pendilhe. Tem uma área total de 5.622 ha podendo sofrer alterações de acordo com os termos regulados na lei vigente.

### **GESTÃO DA ZIF**

#### **Artigo 4.º**

##### **Aderentes**

1. São aderentes, todos os proprietários ou outros produtores florestais detentores dos direitos de exploração florestal dos prédios rústicos que incluam espaços florestais e que se insiram dentro da área da ZIF, que tenham subscrito o requerimento para a criação da ZIF ou que a ela venham a aderir formalmente, mediante a subscrição de qualquer documento que vier a ser criado, nesse sentido.
2. Os proprietários ou produtores florestais de um ou mais prédios rústicos que se insiram dentro da área da ZIF e não aderentes podem solicitar em qualquer momento a sua adesão junto da entidade gestora ou do presidente da mesa da assembleia-geral de aderentes.
3. Por morte ou incapacidade do proprietário aderente, o(s) herdeiro(s) ou a quem sejam delegados poderes de representação podem-no substituir nos atos de deliberação da assembleia-geral e nas responsabilidades assumidas no âmbito da ZIF.
4. A lista de proprietários ou produtores florestais aderentes, atualizada anualmente será exposta nos locais consignados para publicidade da atividade da ZIF.

#### **Artigo 5.º**

##### **Direitos e Deveres dos Aderentes**

1. Constituem direitos dos aderentes:
  - a) A regularização do regime jurídico do(s) seu(s) prédio(s) rústico(s), enquanto propriedade(s) integrante(s) da ZIF;
  - b) A transmissão do(s) seu(s) prédio(s) rústico(s) por meio de venda, doação ou herança, transferindo-se os direitos e as obrigações para o novo proprietário;
  - c) O respeito pela existência dos marcos divisionais do (s)seu (s) prédio(s) rústico(s);

- d) O respeito pelas suas aspirações e interesses relativamente aos objetivos a atingir na(s) sua(s) exploração(ões) florestal(ais);
- e) Participar na escolha da modalidade de gestão (gestão total do território ou gestão dos espaços florestais) a efetuar para a ZIF, e em consequência cumprir o Plano aprovado para a(s) sua(s) exploração(ões) florestal(ais)is, podendo revestir a forma de gestão direta ou delegação na entidade gestora;
- f) Informação atempada sobre as ações inerentes à execução dos planos aprovados e incidentes na(s) sua(s) exploração(ões);
- g) A obtenção de informação periódica ou sempre que a solicitem sobre a atividade desenvolvida na ZIF;
- h) Compensação pela cedência do(s) seu(s) prédio(s) rústico(s) para a instalação de infra- estruturas coletivas e de interesse comum, sempre que haja perda de rendimento e na respetiva proporção, no modo que vier a ser deliberado pela assembleia-geral de aderentes;
- i) Deixar de ser aderente, desde que possua plano de gestão florestal para a(s) sua(s) exploração(ões) aprovado pelo ICNF e mediante acerto de contas relativas a despesas e receitas existentes.

2. Constituem deveres dos aderentes:

- a) Participar ativamente na Assembleia-geral de Aderentes;
- b) Cumprir e fazer cumprir as normas por que se rege a ZIF, nomeadamente o consignado no presente Regulamento e as que vierem a ser decididas em Assembleia-geral de Aderentes;
- c) Cumprir o estabelecido no Plano de Gestão Florestal.
- d) Disponibilizar o(s) seu(s) prédio(s) rústico(s) para a instalação das infra-estruturas de interesse coletivo, nomeadamente para a criação das redes de defesa da floresta contra incêndios, sempre que seja essa a localização mais apropriada de acordo com o PGF validado pelos aderentes e aprovado pelo ICNF, ações a serem realizadas pela Entidade Gestora;
- e) Comunicar à Entidade Gestora qualquer alteração da titularidade do seu ou seus prédios rústicos;
- f) Comunicar à Entidade Gestora qualquer motivo que impeça o cumprimento das ações previstas no plano de gestão florestal da ZIF e que interfiram com a(s) sua(s) exploração(ões) florestal(is);
- g) Comunicar à Entidade Gestora sempre que pretenda efetuar qualquer intervenção silvícola na(s) sua(s) exploração(ões) florestal(is).

### **Artigo 6.º**

#### **Assembleia-geral dos aderentes**

- 1. A constituição da Assembleia-geral dos aderentes é composta por todos os proprietários e produtores florestais aderentes à ZIF.

2. É competência da Assembleia-geral dos aderentes:
  - a) Eleger a mesa da assembleia, composta por um presidente e dois secretários, escolhida no universo dos aderentes, sendo o mandato por um período de 2 anos, renováveis;
  - b) Fixar a quota dos aderentes, que irão fazer parte do fundo comum;
  - c) Aprovar o regulamento interno, com a introdução das alterações que vierem a ser propostas;
  - d) Fixar o valor e forma de remuneração da entidade gestora;
  - e) Aprovar o plano anual de atividades e o relatório e contas a apresentar pela entidade gestora;
  - f) Validar o plano de gestão florestal elaborado para a ZIF pela entidade gestora;
  - g) Deliberar sobre a intervenção silvícola indispensável realizar em prédios de que se desconheça os respetivos proprietários ou o seu paradeiro, no âmbito da execução do PGF.

### **Artigo 7.º**

#### **Assembleia-geral dos aderentes**

1. A eleição dos membros da Mesa da Assembleia-geral dos aderentes da ZIF faz-se por escrutínio secreto, de entre os proprietários e produtores florestais aderentes em pleno gozo dos seus direitos, mediante a apresentação de listas subscritas por um número mínimo de 20 proprietários e produtores florestais aderentes e em pleno gozo dos seus direitos.
2. Têm direito a voto todos os proprietários e produtores florestais aderentes em pleno gozo dos seus direitos.
3. Os aderentes ausentes poderão votar por procuração ou por carta fechada dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia-geral de Aderentes.
4. São considerados nulos, os votos nos quais tenha sido riscado ou acrescentado qualquer nome.
5. É competência da mesa da assembleia-geral de aderentes:
  - a) Elaborar as convocatórias da assembleias-gerais ordinárias e das extraordinárias que vierem a ser solicitadas no âmbito do presente regulamento, com uma antecedência mínima de 20 dias das datas aprazadas para as reuniões, bem como as respetivas atas e providenciar pela sua publicitação nos locais definidos paratal;
  - b) Admissão de novos aderentes, nos termos do presente Regulamento.

### **Artigo 8.º**

#### **Entidade Gestora**

É competência da entidade gestora, para além de outras legalmenteprevistas:

- a) Promover a gestão profissional conjunta das propriedades que integram a

- área territorial da ZIF, procurando a concertação dos interesses dos aderentes;
- b) Elaborar e publicitar os elementos estruturantes da ZIF constantes da legislação em vigor;
  - c) Promover a elaboração do cadastro ou o inventário da estrutura de propriedade;
  - d) Promover o inventário florestal dos prédios dos não aderentes de que não se conheça os proprietários e produtores florestais sobre os quais seja preciso fazer intervenções silvícolas, devendo registar todas as tarefas e intervenções realizadas (data), respetivos custos e eventuais receitas e guardar os recibos correspondentes;
  - e) Prestar contas sobre as intervenções relativas ao ponto anterior, sempre que solicitado;
  - f) Construir e manter uma base de informação com o registo de todos os proprietários e produtores florestais aderentes, indicação da respetiva data de adesão, área do ou dos seus prédios rústicos inseridos na ZIF e dos elementos relevantes para a execução dos planos e funcionamento da ZIF;
  - g) Elaborar um calendário anual de adesão de todos os proprietários ou produtores florestais abrangidos pela área territorial da ZIF;
  - h) Zelar pelo cumprimento da legislação existente sobre as zonas de intervenção florestal e das regras e procedimentos estabelecidos neste Regulamento Interno;
  - i) Elaborar o Plano Anual de Atividades e o Relatório e Contas relativos à respetiva ZIF, a ser apresentado à Assembleia-geral de Aderentes, devendo para o efeito solicitar a convocação de uma assembleia com uma antecedência mínima de 20 dias;
  - j) Colaborar com as entidades públicas ou privadas na preparação e execução dos elementos estruturantes;
  - k) Constituir um Fundo Comum destinado a financiar ações geradoras de benefícios comuns e de apoio aos aderentes, nos moldes que vierem a ser aprovados em assembleia-geral de aderentes, mediante proposta a apresentar pela entidade gestora;
  - l) Dar notícia ao ICNF (Instituto de Conservação da Natureza e Florestas) de situações que indiciem a prática de contra ordenações previstas no Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 15/2009, de 14 de Janeiro e pelo Decreto-Lei 67/2017, de 12 de junho.
  - m) Criação de um edital permanente após a criação da ZIF, em local a indicar, a fim de publicitar todas as informações importantes;
  - n) Elaborar o Plano de Gestão Florestal no prazo de dois anos após a constituição da ZIF, conforme regras estabelecidas na legislação em vigor e submetê-los a validação da assembleia-geral de aderentes, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de Agosto, com a redação que

foi introduzida através do Decreto-Lei n.º 15/2009, de 14 de Janeiro e pelo Decreto-Lei 67/2017, de 12 de junho;

- o) Na apresentação dos planos à assembleia-geral de aderentes, prestar todas as informações necessárias e esclarecer as razões da aceitação ou não das sugestões efetuadas;
- p) Remeter ao ICNF, para aprovação, os planos e os elementos comprovativos da sua validação, bem como as sugestões recebidas durante a sua consulta pública;
- q) Rever os planos nos prazos estabelecidos e sempre que fatores exteriores ditem a sua necessidade, devendo sempre informar o ICNF de tal facto;
- r) Identificar, sempre que possível, os proprietários ou produtores florestais não aderentes e inseridos em área ZIF e transmitir essa informação ao ICNF, a fim de este organismo os poder notificar para a apresentação dos planos de gestão para as suas propriedades;
- s) Elaborar e promover a execução dos planos de gestão florestal da ZIF, através do acompanhamento das ações a realizar pelos aderentes ou da execução direta nos casos em que os aderentes transfiram essa responsabilidade para a entidade gestora, promovendo ainda a execução das operações silvícolas mínimas previstas no Plano de Gestão por parte dos não aderentes.
- t) Nos casos em que há transferência da gestão para a entidade gestora, registar todas as intervenções efetuadas (datas, custos, recibos), para que possa prestar contas sempre que solicitada para tal.

## **Artigo 9.º**

### **Funcionamento da assembleia-geral dos aderentes**

- 1. A Assembleia não pode deliberar, em primeira convocatória, sem a presença de metade, pelo menos, dos aderentes, detentores de pelo menos metade da área da ZIF.
- 2. Salvo o disposto nos números seguintes, as deliberações são tomadas por maioria absoluta de votos dos aderentes presentes.
- 3. As deliberações sobre a aprovação do presente Regulamento ou suas alterações posteriores exigem o voto favorável da maioria relativa dos aderentes presentes na Assembleia-geral convocada para o efeito.
- 4. Os aderentes podem fazer-se representar por pessoas a quem tenham sido delegados esses poderes, mediante procurações devidamente reconhecidas presencialmente, e entregues à mesa da assembleia até 48 horas antes do início da assembleia.
- 5. Cada proprietário tem direito a um voto por cada hectare de espaços florestais que detiver na ZIF até um máximo de 10 votos. Quando a área detida pelo aderente não for um número inteiro, esta será arredondada à unidade para fins de cálculo da quota. Os aderentes com área inferior a um hectare, terão sempre



direito a um voto.

6. A assembleia-geral de aderentes reúne ordinariamente duas vezes por ano, convocada pelo seu presidente: até 31 de Março, para apreciação e votação do Relatório e Contas que deve ter parecer prévio do Conselho Fiscal, e em Dezembro para apreciação e votação do Orçamento e Plano de Atividades para o exercício seguinte.
7. A Assembleia – geral de aderentes reúne extraordinariamente por pedido da entidade gestora ou quando solicitada por (um quinto) dos aderentes, junto do presidente da mesa, a quem compete a convocatória.
8. A convocatória aos aderentes tem que ser efetuada com pelo menos 15 dias úteis por carta em correio normal.
9. Quando à hora marcada não estiverem presentes pelo menos metade dos aderentes com direito a voto, a Assembleia reúne com qualquer número de aderentes, quinze minutos após a hora marcada, sendo válidas as deliberações tomadas, salvo se obedecerem a restrições mínimas de votação, já fixadas.

### **Artigo 10.º**

#### **Alteração e Extinção da ZIF**

1. A alteração da área territorial da ZIF pode ser efetuada por um período não inferior a 1 ano, por despacho do Presidente do ICNF.
2. A ZIF pode ser extinta por deliberação da assembleia-geral de aderentes, desde que os aderentes presentes representem, no mínimo, 50% do total de proprietários e produtores florestais aderentes e que detenham, em conjunto, pelo menos metade da área da ZIF.
3. Em caso de incumprimento das normas do PGF, ou ainda quando deixem de existir as condições que justificaram a sua criação, o Presidente do ICNF, após a audição dos interessados pode extinguir a ZIF.
4. Uma vez que as condições de extinção se verifiquem, os órgãos eleitos de gestão, ficam limitados à prática dos atos necessários para a prestação de contas do fundo comum ou para a terminação de trabalhos a ocorrer, no âmbito de projetos de investimento aprovados para a área da ZIF.

### **Artigo 11.º**

#### **Despesas e receitas**

1. Constituem despesas da ZIF:
  - a) As despesas decorrentes do exercício de gestão do seu espaço florestal e outras iniciativas, de acordo com o presente Regulamento e as deliberações da Assembleia- geral de Aderentes, para além do financiamento de ações geradoras de benefícios comuns e de apoio aos proprietários e produtores florestais aderentes;



- b) As despesas que lhes forem impostas pela lei vigente.
2. Constituem receitas da ZIF:
- a) Receita das quotas dos aderentes cujos valores serão estabelecidos e aprovados em Assembleia-geral de Aderentes;
  - b) Doações ou quaisquer outros bens que sejam postos à sua disposição por entidades públicas ou privadas, ou quaisquer outras pessoas singulares ou coletivas;
  - c) Contribuições financeiras dos proprietários e produtores florestais aderentes, em proporção da área que detém na ZIF, bem como prémios, incentivos e outras receitas que lhes sejam atribuídas nos termos da lei e nas condições definidas neste Regulamento.
  - d) Receita da venda de produtos de atividades complementares que venham a ser criadas;
  - e) Receitas, provenientes da utilização por cedência do território da ZIF para a caça ou para atividade de pastoreio;
  - f) Receitas, provenientes da utilização das infra-estruturas comuns, por particulares ou organizações, para fins lúdicos, turísticos ou desportivos;
  - g) 10% do produto das coimas resultantes das infrações cometidas na ZIF, sempre que a Entidade Gestora dê notícia ao ICNF de situações que indiciem a prática de contra ordenações previstas no Decreto-lei nº 127/2005, de 5 de Agosto, com a reação introduzida pelo Decreto-lei nº 15/2009, de 14 de Janeiro e pelo Decreto-Lei 67/2017, de 12 de junho.

### **Artigo 12º**

#### **Fundo Comum**

- 1. O Fundo Comum é criado pela Entidade Gestora e é sustentado pelas receitas previstas no artigo anterior.
- 2. O movimento de qualquer verba incluída no Fundo Comum é da competência da entidade gestora;
- 3. A movimentação de uma verba de montante superior a 5000 euros que não corresponda à execução de projetos florestais co-financiados publicamente e objeto de candidatura pela entidade gestora tem, obrigatoriamente, de ter a aprovação da Assembleia-geral de Aderentes.

### **Artigo 13º**

#### **Entrada em vigor**

O presente regulamento, ou qualquer alteração, entra em vigor 30 (trinta) dias após a sua aprovação em Assembleia-geral.

**Vila Cova à Coelheira, 5 de julho de 2018**